

EDITORIAL

Esta edição – de caráter especial – da Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais está publicando, em sua grande maioria, artigos que foram aceitos para o I Seminário do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU), que teve lugar no período de 18 a 20 de dezembro do ano de 2013 na Universidade Federal de Pernambuco, e cujo tema versou sobre “Movimentos Sociais, Sociedade e Academia”.

Reiteramos que, como ainda temos mais vinte e cinco – de um total de trinta e cinco – artigos aceitos que foram apresentados, estes deverão ser publicados nos dois próximos números desta Revista, uma vez que, em vez de anais, a organização do Seminário acima citado comprometeu-se em publicá-los neste espaço, a fim de que as ideias discutidas tivessem maior divulgação.

O conjunto dos artigos aqui reunidos foram distribuídos de acordo com os eixos temáticos da Revista, isto é: Movimentos Sociais na Cidade e no Campo; Produção do Espaço: Atores, Instrumentos e Conteúdos; Planejamento e Gestão, Políticas Públicas e Cidadania; e Ensaio, Resenhas e Entrevistas.

No eixo temático **Movimentos Sociais na Cidade e no Campo**, Otávio Augusto Alves dos Santos discute as práticas do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) de Pernambuco, procuramos dialogar com a literatura relativa à transformação social e com as teorias dos movimentos sociais, sobretudo aquelas de vertente crítica. Isso no intuito de encontrar nestas práticas o conjunto de elementos necessários à transformação efetiva do espaço urbano. Por este motivo, ele identifica as diferentes práticas espaciais do MTST de Pernambuco através da sua atuação na Região Metropolitana do Recife (RMR). O autor reafirma que as práticas espaciais desempenhadas pelo MTST (territorializações, ressignificações do espaço e construção de redes socioespaciais) sempre buscaram, primeiramente, conquistar melhores condições de vida para as famílias sem-teto mediante a construção de sua autonomia; e que elas sempre transcenderam a esfera da reprodução, engendrando lutas mais radicais contra o modo hegemônico de produção do espaço, com o que se questionava a propriedade privada capitalista, os discursos, as regras, as normas e as instituições burguesas.

Euricleide Nicácio Floro e Marta Thais Leite dos Santos discutem o direito à cidade e a atuação do movimento nacional de luta pela moradia no estado da Paraíba, através de um estudo de caso, com o objetivo de analisar esses movimentos sociais, compreendendo-os como um direito fundamental para a vida. A autora considera esse movimento no seu processo de surgimento, atuação e representação nos estados federados, notadamente sua

atuação na Paraíba. E isso é feito pela autora através da análise de documentos legais que regem o direito à cidade no Brasil: Estatuto da Cidade, Constituição Federal, entre outros, a partir de um estudo de caso realizado em uma “comunidade” na cidade de João Pessoa/PB.

Heloísa Thaís Rodrigues de Souza, Douglas Vieira Gois, Levison Junior Pereira dos Santos e Rosemeri Melo e Souza analisam a luta social e a reapropriação da natureza em assentamentos rurais do alto Sertão Sergipano. Para isso, os autores consideram o crescimento e a intensidade da pressão advindos dos movimentos de luta pela terra, pressionando o Estado brasileiro, através de ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), muitas das quais desencadeadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no sentido de assentar inúmeras famílias no campo. O Estado de Sergipe, segundo os autores, possui significativas ocupações de terra e projetos de assentamentos rurais principalmente na região do Alto Sertão Sergipano. Partindo desta realidade, este artigo tem por objetivo analisar os índices de desenvolvimento sustentável nos assentamentos de reforma agrária, do Alto Sertão Sergipano, evidenciando a (re) apropriação da terra e a busca pela sustentabilidade local através da luta dos movimentos sociais. Ademais, frente à atual conjuntura agrária brasileira, sob a qual a expansão do agronegócio ameaça os territórios camponeses, a atuação do MST, por exemplo, desempenha importância fundamental para a manutenção da conflitualidade que reforça o desenvolvimento territorial rural, fomentado na luta pela conquista da terra/território como fonte de trabalho e vida dos camponeses e não apenas como negócio.

No eixo **Produção do Espaço: Atores, Instrumentos e Conteúdos**, Ítalo César de Moura Soeiro, Sara Nathaly Brasil de Andrade Ferreira e Robson Soares Brasileiro discutem a qualidade de vida relacionada com a urbanização através de uma análise a partir do “centro” da cidade do Recife-PE. Segundo estes autores, os estudos relacionados à qualidade de vida urbana vêm se intensificando devido à permanência de vários entraves vivenciados nesse espaço, tais como: violência, deficiência da rede de saneamento básico, péssimas condições de mobilidade entre tantas outras. O que, segundo eles, está constantemente relacionado à falta de planejamento urbano, ao crescimento “desordenado” das grandes cidades e a uma produção do espaço que visa, principalmente, à acumulação do capital em benefício de uma pequena minoria. O que também, dizem eles, acontece na cidade de Recife, haja vista que este espaço urbano segue a mesma dinâmica das demais metrópoles do país. O objetivo deste artigo foi, portanto, o de fazer uma análise sobre alguns entraves destacados pelos próprios recifenses, através de entrevistas, no

centro da cidade, as quais destacam os pontos que prejudicam a melhoria da qualidade de vida em Recife.

Juscelino Gomes Lima discute a nova representatividade no Sertão Cearense: políticas públicas e organização do espaço urbano na cidade de Sobral-CE, buscando apontar a trajetória de constituição de políticas públicas, com vistas à re-organização espacial urbana do interior do estado do Ceará, notadamente, com base em reflexões sobre a experiência urbana da cidade de Sobral. Estas ações, iniciadas ainda na década de 1970, e aprofundadas no limiar dos anos de 1990, tornam patente a dinâmica de transformações urbanas no momento atual, fato que tem contribuído para a notoriedade de Sobral – cidade em ambiente sertanejo – para os investidores. Por isso é que, segundo ele, vive-se em Sobral um momento em que sua imagem é reelaborada, bem como a dos espaços urbanos sertanejos a ela adjacentes e por ela influenciados. Para o alcance do seu objetivo, o autor deste artigo dialoga com outros autores que se debruçaram sobre essa temática, chegando a observar que o dinamismo urbano alcançado por Sobral, em espaços secos do Ceará, ultrapassa a dimensão da sua remodelação formal, atingindo também seu conteúdo, o que é marcado, para ele, por novas condições e contradições socioespaciais.

Anna Karina Borges de Alencar trata do crescimento urbano *versus* assentamentos precários: a continuidade de processos insustentáveis, a partir da abordagem da temática do desenvolvimento urbano, sob o aspecto do acesso à cidade e à sustentabilidade urbana a partir da ótica dos assentamentos humanos precários. Seu objetivo é refletir sobre o processo intenso de crescimento das metrópoles brasileiras, em meio à globalização hegemônica vivenciada *versus* as condições de acesso à cidade pelas populações pobres. Por isso é que os discursos da sustentabilidade urbana, para a autora, tornaram-se fundamentais na sua abordagem. Ela discute os desafios e as perspectivas para a sustentabilidade urbana, com base em alguns conceitos sobre a problemática urbana e ambiental; e considera a realidade de Recife na medida em que esta cidade continua representando fortes traços em termos de desigualdade e exclusão socioespaciais. Isto porque, para a autora, ainda permanecem os imperativos da dualização da cidade formal e da cidade informal, que, em seus inúmeros assentamentos precários, ocupam áreas ambientalmente frágeis tais como margens de rios, manguezais e áreas de morros.

Rogério Luiz Souto Cavalcanti aborda os instrumentos de “resistência” da Feira Livre do Cordeiro frente às demais formas comerciais na (re)produção espacial. Ele considera as formas, as estruturas e os processos de ação dos agentes socioespaciais relacionados ao espaço das feiras, buscando compreender a complexidade no que tange ao processo dessas ações no tecido urbano. Diante desta perspectiva, o autor foca a dinâmica

contemporânea da Feira Livre do Cordeiro, bairro que se localiza na zona Oeste da cidade do Recife-PE. O que é considerado como um espaço de “resistência” comercial na (re) produção do espaço urbano, a partir de uma reflexão sobre os mecanismos de ação dos feirantes frente às transformações – requalificações – promovidas no comércio local pelos mercados “modernos” (hiper e supermercados) no atual contexto da globalização.

Robert Ng Henao, no artigo “governanza sostenible”: propuesta de un modelo de gestión para la sostenibilidad del desarrollo en la ciudad de Medellín a través de la reinterpretación de la metodología CES (*Ciudades Emergentes Sostenibles*), coloca que o compromisso atual para o processo de transformação de áreas locais é, em parte, sustentável e competitivo. E isto articulando as dimensões ambiental, econômica, política e social, mas, ao mesmo tempo, estimulando a possibilidade de envolver a comunidade acadêmica e científica, para contemplar a necessidade de avaliar a relevância da integração, facilitando a concretização do citado compromisso. Com o objetivo de discutir então essa “governança sustentável”, empiricamente, o autor baseia-se no caso específico de Medellín (Colômbia), como uma verdadeira janela de oportunidade que se abre para a gestão estratégica de desenvolvimento, na ausência de modelos ou metodologias que possam integrar em um único esboço o econômico, político, desenvolvimento social, ambiental e acadêmico.

No eixo **Planejamento e Gestão, Políticas Públicas e Cidadania**, Luiz Arthur Pereira Saraiva trata das relações entre cidadania, democracia e geografia: um diálogo necessário e crítico sobre uma gestão empreendedora em Campina Grande. Neste trabalho, o autor aborda a produção de territorialidades urbanas, partindo da cidadania enquanto nexo-territorial e da democracia como condição para sua existência, sobretudo na conjuntura pós-Estatuto da Cidade. O contexto analisado foi o da cidade de Campina Grande/PB, quando da mudança na lógica de governança para a do empreendedorismo urbano. Os objetivos consistiram em caracterizar a cidadania e a democracia em suas dimensões e manifestações geográficas; abordar as relações entre os direitos (civis, políticos e sociais) na formação de territorialidades urbanas junto à tendência de fragmentação na cidade estudada; e propor reflexões baseadas nas possibilidades que a cidadania e o direito à cidade podem exercer nas relações entre poder público municipal e sociedade civil. O método de abordagem escolhido pelo autor foi o materialista crítico-dialético, cujos procedimentos se deram no levantamento bibliográfico, visitas *in loco* de alguns bairros da cidade, com observações e entrevistas livres junto aos populares e representantes.

Julián Santiago Vásquez Roldán, no artigo sobre el impacto en el desarrollo local de las políticas educativas en el municipio de Medellín entre 2004-2011, objetiva, principalmente, determinar o alcance da política pública de educação da cidade de Medellín (Colômbia) com a finalidade de avaliar seu impacto no índice de qualidade de vida dos seus cidadãos. Com isso, ele identifica os avanços em termos do desenvolvimento local da cidade, tendo como referências as políticas implementadas pelas administrações municipais ocorridas nos períodos de 2004-2007 e 2008-2011, quando dos investimentos em educação através da observação do índice de qualidade de vida.

Jennifer dos Santos Borges trata do direito, políticas públicas e produção do espaço na perspectiva do direito à cidade: um olhar sobre o Coque, Recife-PE. A autora começa dizendo que, apesar de proclamado na formulação de políticas públicas urbanas e tomado como princípio norteador da elaboração de leis consideradas avançadas no Brasil, o direito à cidade, em sua concepção teórica originária carrega um sentido mais amplo, vinculado à liberdade e à autonomia na apropriação do espaço urbano, como forma de adequação a um outro modo de produção do espaço possível. Contrapondo o papel do Estado, por um lado, e da população, por outro, como protagonistas da produção do espaço no assentamento informal do Coque (Recife-PE) ao longo de várias fases do seu processo de consolidação e nos dias atuais, a autora diz que se percebe que a apropriação do espaço para a realização social da vida, com preponderância do valor de uso, como apregoado no direito à cidade, vincula-se a um tipo de governança informal que não encontra convergência com a ação estatal refletida nas políticas públicas implantadas.

Paulo Fernando Meliani discute as políticas públicas e produção do espaço no sul da Bahia, por meio de uma análise da situação por município dos projetos de reforma agrária na microrregião de Ilhéus-Itabuna. Este artigo apresenta os resultados de uma análise da situação por município dos assentamentos criados no Sul da Bahia, a partir de 1985, em um contexto regional de crise da economia cacaueteira, de ressurgência dos movimentos sociais de luta pela terra e de implementação de políticas públicas de reforma agrária. Primeiro, o autor apresenta um resgate histórico-geográfico que enfatiza o papel preponderante, porém subordinado, do trabalho na produção de um espaço regional cacaueteiro, bem como uma síntese do contexto dos movimentos sociais e das políticas públicas que desencadearam a criação dos assentamentos na região. Segundo, ele apresenta os resultados e conclusões da análise da repartição e situação dos assentamentos por município, quanto ao número de projetos, área e capacidade dos assentamentos, quantidade de famílias assentadas, tempo médio de criação oficial e fases de implementação do projeto. Com estas informações, disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Agrária (INCRA), o autor organizou para analisar um banco de dados regionais que possibilitou a representação de uma síntese dos resultados em cartogramas.

José Geraldo Pimentel Neto, Keilha Correia da Silveira, Flávio Antônio Miranda de Souza e Ana Cláudia Rocha Cavalcanti colocam em discussão o desenvolvimento local-regional: a relação entre local x global na produção espacial. Neste artigo, os autores partem da importância do poder local em relação às esferas estaduais, federais e globais frente à dinâmica do capitalismo globalizado que, com base na literatura considerada, tendem a padronização das ações e gestão para melhoramento do desempenho nas administrações das organizações. Porém, dizem eles que essa realidade, segundo Putnam (1997), pode não replicar nos parâmetros locais, pois as localidades possuem suas características históricas, culturais, econômicas e sociais, promovendo distorções (positivas ou negativas) na implementação das ações públicas (Estaduais e Federais). Neste sentido, segundo eles, observa-se que há um distanciamento entre os desenhos dos programas e dos projetos nas realidades locais das cidades brasileiras, potencializando fatores institucionais para o insucesso das políticas públicas nos seus territórios. Outro ponto importante para a análise dos insucessos desses programas e projetos, na visão dos autores, reside na insuficiência de uma estrutura físico-institucional para os territórios (rede de educação superior e profissional, quantitativo de profissionais nas diversas áreas do conhecimento científico e tecnológico, bem como uma estrutura de fomento municipal-estadual).

Bruno Augusto Pontes, Danilo Santos, Karla Rafaella Seabra, Laudemir Lira e Walter Oliveira, em seu artigo Políticas públicas de conforto ambiental: a questão da mobilidade e o sistema cicloviário na cidade de Recife, analisam a mobilidade urbana, através de propostas para uso de transporte público coletivo e bicicletas, segundo parâmetros de sustentabilidade urbana, sobretudo para buscar soluções para a caótica situação atual em termos também de mobilidade das metrópoles brasileiras. No estado de Pernambuco e em Recife, segundo os autores, as ações realizadas no intuito de atender às exigências da Política Nacional de Mobilidade Urbana vêm tendo gradual evolução, através do Programa Estadual de Mobilidade Urbana e do Projeto Ciclofaixa Recife, que são protagonistas das novas ações para avançar na melhoria da mobilidade urbana. Eles introduzem o artigo discutindo a mobilidade e o transporte na cidade do Recife, tratando focando o transporte alternativo àqueles que se mostram hegemônicos, ou seja, a bicicleta. Para tanto, foram realizadas entrevistas com os agentes envolvidos e visitas de campo, além de observações empíricas e pesquisas bibliográficas. Eles ainda constatam que, apesar da incipiência das ações para melhoria da mobilidade urbana, alguns avanços já são

percebidos. Mas afirmam que, para que esses avanços continuem ocorrendo, deve haver ações de planejamento integrado e com participação ativa da sociedade.

No eixo **Ensaaios, Resenhas e Entrevistas** há um ensaio e uma resenha. O ensaio recoloca o tema acerca do direito à moradia, relacionado à cidadania, considerando a ideologia dos direitos humanos e a ideologia do Estado democrático de direito no âmbito da realidade às margens do rio Beberibe, sendo de autoria de Sávio Silva de Almeida e Mônica Cox de Britto Pereira. Os autores começam colocando que o Estado ainda hoje se apresenta como garantidor da propriedade privada e do lucro, favorecendo a expansão do metabolismo capitalista visando à mercantilização do espaço urbano. Reforçam que a regra é a mercantilização dos direitos humanos e não a sua promoção e/ou proteção, o que acontece a despeito da boa vontade dos acordos internacionais firmados pelos Estados. Continuam os autores a dizer que os direitos humanos como ideologia pregam a igualdade e a universalidade no acesso ao direito à moradia, porém a realidade brasileira tem apontado que o déficit habitacional está concentrado nas famílias que possuem renda inferior a três salários mínimos. Com isso, os autores objetivam apontar aspectos ideológicos contidos na noção dos direitos humanos (com ênfase no direito humano à moradia) e no discurso do Estado Democrático de Direito (com ênfase na cidadania), para que, segundo eles, após a desconstrução de tais discursos (através da análise do contexto do baixo trecho do rio Beberibe), esses mesmos discursos sejam reconstruídos (através da montagem da sua exemplaridade em tal contexto) para que assim os discursos se aproximem de um argumento com autoridade.

A resenha, de autoria de Gabriel Augusto Coêlho de Santana e Milena Barros Gomes, faz uma apresentação das principais ideias do livro *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil*, o qual acabou de ser discutido em reunião teórica do MSEU.

Recife, verão de 2014

Cláudio Jorge Moura de Castilho